



Publicado originalmente em: XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa, 2002.

O PARQUE AMAZÔNIA DE GOIÂNIA E O SEU PROCESSO DE VALORIZAÇÃO

CLORISNETE BORGES MARINHO

Universidade Federal de Goiás
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais
Monografia de conclusão de bacharelado
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lana de Souza Cavalcanti
e-mail: cloris.marinho@bol.com.br

Introdução

Nos últimos anos, vários autores se propuseram a estudar a questão urbana, entre eles geógrafos, historiadores e cientistas sociais, dada a importância do tema na atualidade, diante da intensa urbanização da população mundial. No caso da Geografia, o espaço urbano tem sido um campo de ampla pesquisa envolvendo temas como: planejamento, meio ambiente, cultura, expansão urbana, segregação, valorização, etc.

No tocante à segregação do espaço urbano e, especificamente, à relação entre segregação e valorização do espaço, tema discutido neste trabalho, contactou-se um rico material que dedica uma atenção especial a esse assunto, entre os quais destaca-se o trabalho de Villaça (1998) que teve uma importância primordial para o desenvolvimento e deslançar dessa pesquisa.

Os estudos relacionados à segregação e à valorização do espaço urbano são uma ferramenta importante para a compreensão da paisagem urbana pela ciência geográfica, entendendo que essa paisagem é a expressão das relações entre os homens. Villaça (1998) defende que é a segregação das classes sociais que domina a estruturação das metrópoles contemporâneas e que o preço do terreno urbano é uma expressão dessa segregação. Partindo desse princípio, entender a estrutura e a paisagem das metrópoles brasileiras requer a compreensão da tendência de espacialização das classes sociais.

Face a isso, esse trabalho teve como objetivo entender a lógica da segregação e da valorização do espaço em Goiânia, a partir do estudo do setor Parque Amazônia. A escolha



desse bairro partiu da percepção do processo de valorização pelo qual ele vem passando nos últimos dez anos.

O setor Parque Amazônia, bairro que surgiu na década de cinquenta^[1] em Goiânia, a partir de um loteamento destinado à pessoas de baixo poder aquisitivo, vem passando, desde à última década do século XX, por um processo de transformação de sua paisagem. Até o final da década de oitenta, o setor possuía uma paisagem caracterizada por lotes baldios, casas simples e campos de “pelada”, a partir de então, vem sendo modificada pela construção de sobrados, edifícios de apartamentos, *shopping center*, casas luxuosas, praças de lazer, hospitais e clubes. A imagem de um bairro habitado por pobres e marginais tem sido aos poucos substituída por uma de um setor de classe média e alta.

Essas transformações que vem ocorrendo no Parque Amazônia já foram vivenciadas por outros bairros em Goiânia, como o Setor Pedro Ludovico, Jardim América, Bela Vista e Nova Suíça, localizados também na região sul e habitados por pessoas de alta renda. Esse fato leva a refletir sobre a produção de uma área de valorização em Goiânia e a relação disso com as transformações ocorridas no Parque Amazônia.

Sobre a aglomeração das classes sociais numa mesma região, Villaça (1998), questiona sobre as razões que levam essa população de maior poder aquisitivo a se concentrar numa única região, e se seria a valorização do solo nas cidades um fator de atração dessas classes ou simplesmente a presença delas um estímulo de valorização. Nesse sentido, ao observar o mapa da região sul de Goiânia, pode-se notar a presença de bairros contíguos como, Setor Marista, Setor Bueno, Nova Suíça, Setor Bela Vista, Jardim América, Setor Pedro Ludovico, que são considerados bairros nobres de Goiânia, e na divisa com alguns deles o setor Parque Amazônia. Isto leva a refletir ainda sobre uma intrigante questão, levantada por Villaça: seria a tendência de valorização do solo neste bairro consequência de uma infra-estrutura implantada ou da sua privilegiada localização?

Este trabalho analisou estas questões a partir do estudo do processo de produção e de expansão do espaço em Goiânia, o qual teve como base o PDIG (Plano Diretor de Goiânia) de 1991. A partir das informações do PDIG, pode também ser estabelecido uma relação entre a produção e expansão desse espaço segregado com o processo de valorização do

^[1] Prefeitura Municipal de Goiânia, decreto n.º 44, processo n.º 1222 de 09/10/1954.



Parque Amazônia. A análise dessa questão tem também como fundamento o uso de mapas e teorias. Entender e explicar a valorização urbana do Parque Amazônia exigiu também uma busca de coleta de dados junto aos moradores do setor, através de entrevistas e depoimentos. Como também à imagens fotográficas do setor; e à busca de informações junto à Secretaria de Planejamento Urbano de Goiânia (antigo Iplan).

O trabalho foi dividido em três etapas, a saber:

Na primeira discute-se a noção de segregação, estuda sua origem e estruturação do desenvolvimento das diversas sociedades no decorrer da história. Discute-se também, a relação da segregação com a valorização do solo urbano, com a intenção de facilitar nossa compreensão em relação a valorização urbana do Parque Amazônia, considerando segregação e valorização como categorias interligadas.

A Segunda etapa trata especificamente da produção do espaço urbano de Goiânia, enfatizando sua organização dentro da sociedade brasileira e mundial. Enfatizamos também o processo de constituição, produção e expansão do seu espaço segregado podendo, dessa forma, compreender as tendências de valorização do espaço urbano de Goiânia.

A terceira, dedica-se à análise do processo de valorização do setor Parque Amazônia, considerando as conclusões teóricas, os dados obtidos na Secretaria de Planejamento Urbano de Goiânia e as análises dos gráficos da pesquisa empírica e das fotografias do setor.

A segregação, a valorização e a estrutura urbana de Goiânia

O **Novo Dicionário Aurélio – Século XXI** define o ato de segregar como ato de pôr de lado, pôr à margem, separar algo. Ao transferir essa definição para a esfera do espaço, têm-se, portanto, uma separação espacial de atividades e grupos sociais. A separação dos objetos, atividades econômicas e grupos sociais é o fator mais evidente na paisagem das nossas cidades. Corrêa (1995:07) afirma que “o espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento, de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos de terra justapostos entre si.” A cidade, portanto, é um conjunto de partes desiguais e articuladas, expressando a sociedade em que vivemos.



O conceito de segregação só irá aparecer nos estudos urbanos no início do século XX, com a Escola de Chicago^{2[2]}, que o concebe como “uma concentração de tipos de população dentro de um dado território” (Corrêa, 1995, p. 59). Apesar de ser um conceito do século XX, Corrêa (1995) afirma que a segregação é uma característica nata das cidades e que remonta à sua própria história.

O autor esclarece que a segregação espacial se dá em duas esferas, sendo que uma corresponde à divisão econômica do espaço (atividades econômicas) e a outra à divisão social do espaço, que ele chama de segregação residencial. Para ele, a segregação residencial é a “expressão espacial das classes sociais.”

Villaça (1998:142), também compartilha desse pensamento ao afirmar que “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”. Para o autor, é a segregação das classes sociais o principal agente do arranjo espacial nas grandes cidades. Villaça explica que a segregação nas metrópoles tem sido caracterizada de forma genérica dentro do dualismo centro / periferia (o centro ocupado pelos ricos e a periferia pelos pobres) e que, apesar da paisagem urbana e a tendência à segregação nas metrópoles brasileiras apresentarem certa característica desse dualismo, não confirmam por completo esse esquema. É comum haver bairros pobres entre bairros ricos e vice-versa, e o que vai determinar de fato a segregação das classes sociais, defende o autor, “é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole”.

Em Goiânia, por exemplo, a segregação tem sido caracterizada de forma mais acentuada dentro do contraste noroeste / sul. A região noroeste tem sido apontada como subequipada e habitada pela população mais pobre dessa cidade, enquanto a região sul tem sido alvo da expansão das classes média e alta, conforme observa Chaveiro (1995: 42), “...o crescimento de zonas nobres na região sul e o crescimento ameaçador da região noroeste em Goiânia atestam a complexidade da vida urbana.”

Em toda extensão de Goiânia pode-se notar a presença de bairros de classe baixa, média e de alta renda, mas é, sem dúvida, nas regiões citadas acima que existem os maiores

^{2[2]} A escola de Chicago compreende a uma linha do pensamento da sociologia norte-americana na Segunda década do século XX



contrastes. Se a população goianiense de melhor poder aquisitivo tende a se aglomerar numa mesma região, assim como em outras cidades brasileiras, por que essa tendência tem seguido caminho justamente para a região sul? Qual a relação do processo de valorização do solo urbano no Parque Amazônia com a sua localização na região sul de Goiânia?

Ainda a respeito do tema da segregação, Villaça (1998) afirma que ela é uma imposição das classes de alta renda que buscam se concentrar numa mesma região independente de ser central ou periférica, como forma de se diferenciarem, de se protegerem ou até mesmo de manipularem e dominarem a estrutura social, política e econômica por meio do espaço.

A valorização do solo urbano tem sido tema de interesse de pesquisa de diversos geógrafos, Rodrigues (1988), por exemplo, ressalta que embora a terra seja um bem da natureza e destituída de valor, pois não é produto do trabalho humano, é apropriada pelo homem e comercializada no mercado. A autora argumenta que isso ocorre porque a terra urbana tem um caráter diferenciado da terra rural. No campo, a terra é um bem da natureza e tem utilidade de produção imediata. Na cidade, é identificada como áreas que são apropriadas individualmente, assumindo caráter único de mercadoria. A autora afirma ainda que, o valor das áreas urbanas é determinado pela sua localização e pelo índice de produção social (asfalto, rede sanitária, rede elétrica, telecomunicações, área de lazer, transporte, etc.) existente nela. Segundo ela, a instalação e distribuição desses serviços são realizados pelo poder público, sendo este, portanto, o principal agente na produção social da cidade. Nesse sentido, o Estado é um forte contribuidor para a valorização do solo urbano. Considerando tal observação, chama-se a atenção para o seguinte fator: como tem atuado o poder público na produção do espaço da região sul de Goiânia, especialmente no Parque Amazônia?

Villaça (1998:71) critica a posição de que a terra urbana “é um dom gratuito da natureza”. Para ele, existe uma diferença entre “solo (terra tradicional) e espaço produzido.” Ou seja, o fato de constituir trabalho é suficiente para dar ao espaço um valor de mercado. O autor entende que o valor do espaço será definido por dois fatores: a localização do espaço e o valor dos produtos em si (infra-estrutura e serviços). Para ele, a localização de um lugar (longe ou perto) dependerá da acessibilidade ao centro das elites. Em relação ao espaço produzido, o autor alerta para o fato de que as camadas de alta renda, por deterem o poder econômico e o poder sobre o Estado, acabam tomando a frente desse processo. Villaça sutilmente sugere que



o valor dos lugares segue os passos das elites. Nesse sentido, o autor atenta para seguinte questão: seria a valorização do solo urbano um fator de atração das classes de alta renda ou seria a presença delas um estímulo de valorização?

Se a localização e o espaço produzido são fatores determinantes no preço da terra, como defendem os autores acima, e se, como observa Villaça (1998), esse fatores são conduzidos por quem detêm o poder econômico, reflete-se então sobre intrigantes questões: que fatores determinam a localização do Parque Amazônia e a produção do seu espaço? Seria a tendenciosa valorização do solo urbano do Parque Amazônia uma consequência de sua produção social ou da sua privilegiada localização?

Entender os fatores e o processo que tem ocasionado a valorização do setor Parque Amazônia, desafio proposto nesse trabalho, requer considerar e analisar tanto as teorias e questões levantadas pelos estudiosos do assunto, como a compreensão do contexto e do processo de produção do espaço em Goiânia e de sua segregação.

Goiânia foi fundada em 1933 como uma das primeiras cidades planejadas do Brasil, sendo projetada para abrigar uma população de aproximadamente cinquenta mil habitantes. Ao longo dos anos, no entanto, passou por um progressivo crescimento, de forma que é quase impossível reconhecer na paisagem atual o plano piloto inicial. Sessenta e sete anos após sua fundação, Goiânia comporta uma população de 1.056.330^{3[3]} e uma complexa estrutura urbana, com características de uma metrópole, como, por exemplo, o intenso tráfego de pessoas e de veículos, mendicância, violência, poluição, segregação das atividades econômicas e das classes sociais.

Esse crescimento acelerado foi provocado, entre outras questões, pela construção de Brasília (DF) e pela implantação do projeto de expansão da fronteira agrícola para o Centro Oeste, que estimularam, a partir da década de 60, intensas migrações para Goiás. Goiânia enquanto espaço produzido apresentou um caráter diferenciado da maioria das cidades brasileiras, considerando que sua produção foi elaborada de acordo com às estratégias políticas da época, e que seu arranjo espacial representava as concepções urbanas da arquitetura moderna, que idealizava cidades funcionais e prósperas. É claro que, nos anos

^{3[3]} Estimativa IBGE 1999, Almanaque Abril 2000.



posteriores, o próprio crescimento da cidade torna inevitável a transferência do espaço planejado para o espaço socialmente produzido.

O fato das terras ao sul de Goiânia pertencerem ao governo do Estado induziu a produção da cidade nessa direção, o que por sua vez, atraiu investimentos, empresas públicas e privadas, e a população de melhor poder aquisitivo. O espaço produzido da região sul, portanto, resulta de um processo que envolve os interesses do Estado e das camadas de alta renda dessa cidade, sendo os promotores imobiliários apenas agentes intermediários dessas escolhas. Diante disso é possível prever que a valorização do espaço urbano do Parque Amazônia está relacionado a esse processo. No entanto, para compreender a essência dessa valorização se faz também importante entender o processo de produção sócio-espacial deste bairro.

A produção do espaço e a valorização do Parque Amazônia

O Parque Amazônia é um entre os 366 bairros de Goiânia, contendo uma população de aproximadamente dezenove mil habitantes. Apesar de estar localizado na região sul da cidade e de fazer fronteiras com bairros “nobres” como Nova Suíça, Jardim América e Setor Pedro Ludovico, é um setor popular, segundo classificação da Secretária de Planejamento Urbano de Goiânia^{4[4]}, isto é, habitado pelas camadas de baixa e média renda.

O loteamento do setor foi aprovado em janeiro de 1955, em terras dos srs. Elias Bufaiçal, José Fidelis Soares e José Rodrigues Moraes Neto, segundo Edital de Loteamento 13/05/55. Tal loteamento corresponde ao período em que o Estado liberou os loteamentos a particulares. Comercializado inicialmente pela Imobiliária Faiçal, possuía um caráter popular, ou seja, visava à população de baixo poder aquisitivo, visto que naquela época, se localizava distante do núcleo central.

A população do setor sofreu durante anos com a falta de infra-estrutura, serviços públicos e privados, e de transporte. Atualmente, a maioria desses problemas foram superados. O Parque Amazônia conta com toda a infra-estrutura básica satisfatória (asfalto, saneamento, energia e telefonia) e serviços públicos e privados, como: limpeza, praças

^{4[4]} As informações obtidas sobre o Parque Amazônia junto Secretaria Planejamento Urbano de Goiânia foram através e entrevistas feitas com funcionários.



equipadas, posto de saúde e hospitais privados, escolas públicas e privadas, comércio expansivo, cinco linhas de ônibus, etc. Sua paisagem parece mais “uma cidade em construção”, em quase todas as quadras verifica-se uma edificação. A presença de casas luxuosas entre barracões e lotes vagos é a paisagem dominante do setor.

Villaça (1998) considera três fatores essenciais na definição do valor de um determinado espaço: 1º- o espaço produzido, 2º- a localização do espaço, 3º- a classe social que ocupa o espaço. Baseando-se nesse raciocínio constatou-se nesse trabalho, que o setor Parque Amazônia conta dois fatores de valorização: o espaço produzido e a localização. Será, portanto, o ritmo e o grau de ocupação das camadas de alto poder aquisitivo que irá dar continuidade ou não ao seu processo de valorização.

Conclusão

Pode-se verificar nessa pesquisa uma certa mobilidade populacional na região sul, movimento que vem ocorrendo nos últimos vinte anos e que tem como característica principal, a expansão de uma camada de alto poder aquisitivo sob espaços periféricos, precisamente sob os bairros pobres da micro-região sul-sudoeste, da qual está incluído o setor Parque Amazônia. Esse fato contraria o plano diretor de Goiânia, que entra em contradição ao localizar a valorização em Goiânia em toda a região sul, porém cita apenas setores que compõem uma parte restrita dessa região: a micro-região sul-sudoeste.

Se as transformações ocorridas no Parque Amazônia irá ou não confirmar essa perspectiva, de constituição de uma área de segregação e valorização na direção sul-sudoeste de Goiânia, é uma outra questão a ser analisada em uma nova pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAVEIRO, Eguimar Felício. *Urbano: espaço de ordem e conflito*. Goiânia: ETFG, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo, Ática, 1995.



LEFEBVRE, Henry. *O Direito a Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, Erminia. *Habitação e Cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

MORAIS, Antônio Carlos; MESSIAS, Wanderley. *Geografia Crítica: a Valorização do Espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MOREIRA, Ruy. *O Discurso do Averso*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas Cidades Brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1989.

SPOSITO, Maria Encarnação. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1989.

VILLAÇA, Flávio. *O Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.

Fontes Impressas: Almanaque Abril. São Paulo, Abril, 2000.

Fontes Manuscritas: Prefeitura Municipal de Goiânia, decreto nº 44.

Plano Diretor de Goiânia, 1991.

Secretária de Planejamento Urbano de Goiânia.


